

## RESENHA / REVIEW

MOITA LOPES, L.P. (Org.). 2013. *O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola.

Por/By: Daniel do Nascimento e Silva  
(Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP)

**Key-words:** *sociolinguística; ideologia linguística; modernidade recente.*

**Palavras-chave:** *sociolinguistics; linguistic ideology; late modernity.*

### 1. Movimento em foco

Em sua *Gramatologia*, o filósofo argelino Jacques Derrida (1973:17) afirmou: “sabemos que a temática do signo é, desde cerca de um século, o trabalho de agonia de uma tradição que pretendia subtrair o sentido, a verdade, a presença, o ser etc., ao movimento da significação.” Empreendimento modernista gestado no século XIX, simultaneamente à criação dos estados nacionais, a linguística foi antes de tudo um projeto político, que pausaria o “movimento da significação” num conceito estático, a língua, e a entregaria à modernidade e aos modernos, de forma purificada (no sentido atribuído por Bauman & Briggs, 2003, i.e., livre do contexto e de outros índices de pertencimento identitário), em 1916, com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* de Saussure. Com ligeiras modificações, a linguística operaria nas décadas seguintes com a concepção ou ideologia linguística desenvolvida no *Curso* de Saussure: “língua como sistema autocon-tido independente da agência dos indivíduos que a empregam, ligada

a comunidades igualmente demarcadas por fronteiras identificáveis” (Branca Fabrício, p.153)<sup>1</sup>.

Mas e se pensarmos aquilo que temos chamado de português, inglês, ou hindi não como fotografias estáticas e sim como filmes? Ou melhor ainda: como filmes exibidos em locais não-canônicos, como a projeção de *Avatar* à comunidade indígena aché, no Paraguai, que interpretava os na’vi, os nativos humanoides avistados pelos colonizadores humanos, não como índios, mas como macacos?<sup>2</sup> Ou como um *Tropa de Elite*, que “vazou” pela internet antes e além de sua distribuição oficial e assim se disseminou por um trajeto bem diferente do projetado? Ou como filmes que ora assistimos no conforto do cinema, ora no trânsito ruidoso e desconfortável de um avião? Ou ainda como vídeos feitos por usuários de *smart phones*, postados na rede e visualizados em uma multiplicidade de territorialidades e temporalidades? Se o que precisamos para nossa imaginação sobre línguas são novas metáforas, a obra cuidadosa e criticamente organizada por Luiz Paulo da Moita Lopes sobre o que se chama de português é abundante delas – tanto de metáforas sobre o movimento das línguas, quanto de metáforas sobre as velhas e novas formas de colonialismo que atravessam as práticas linguísticas.

Colocando o movimento em foco, o livro, com seus 13 capítulos, mais um prefácio de José Luiz Fiorin e uma introdução problematizadora de Moita Lopes, persegue de formas múltiplas um objetivo comum: assumir que os fluxos presentes nas sociedades, no atual estado da globalização, têm colocado línguas, textos e pessoas em uma situação de mobilidade real e virtual intensa, tornando “necessário repensar o que temos chamado de português” (Moita Lopes, p.19). Se o estado atual dos fluxos de capital simbólico e financeiro é diverso daquele vivenciado por Saussure, então a sociolinguística de *O português no século XXI* – entendida, assim como a linguística aplicada e a pragmática, não como disciplina(s), mas como perspectiva(s) – demonstra serem necessárias outras ferramentas para entender as línguas e seus falantes, bem como o tipo de fenômeno em rede típico do mundo pós-guerra

1. Para facilitar a leitura e por necessidade de brevidade, mencionarei os capítulos desta obra a partir do nome do/a autor/a, seguindo-se a página quando houver citação local.

2. Cf. comunicação pessoal com Eva Roessler, que realiza estudo etnográfico com os aché.

fria que se vem chamando de ‘lusofonia’. A obra mobiliza categorias analíticas (ainda) pouco exploradas nos estudos da linguagem, ferramentas novas para lidar com conceitos igualmente novos, dentre as quais se sobressai a noção de ‘ideologia linguística’. Saltam aos olhos também o uso disseminado na obra de conceitos como ‘indexicalidade’, ‘iconicidade’, ‘escala (sociolinguística)’, ‘espaço (vertical)’ e ‘comodificação (semiótica)’. Terei mais a dizer sobre escala sociolinguística e espaço adiante, mas voltarei primeiramente meu olhar a ideologias linguísticas, o cerne da obra.

## 2. Ideologias sobre a língua e invenção do português

Proposta por um aluno de Roman Jakobson (Silverstein, 1979), a noção de ideologia linguística é já antiga e fecunda em antropologia linguística, mas ainda pouco explorada nos estudos da linguagem brasileiros. De Jakobson, Silverstein extrai o princípio de que a “faculdade de falar determinada língua implica a faculdade de falar acerca dessa língua” (Jakobson, 2003:67). Ou seja, qualquer falante, seja ela ou ele linguista ou pessoa “comum”, ao falar *em* uma língua está também falando *sobre* essa língua. O simples fato de usarmos uma linguagem “adequada ao contexto” revela algum tipo de compreensão ideológica ou metapragmática do uso – ou mesmo uma falha na compreensão, no caso de um uso avaliado como “inadequado”, o que não deixa de envolver um nível “meta” nesse mesmo uso. Toda linguagem implica uma metalinguagem, diria Jakobson; toda pragmática pressupõe uma metapragmática, recontextualizaria Silverstein.

Eis a definição pioneira para o conceito proposta por Silverstein (1979, p.193): “ideologias sobre a linguagem, ou ideologias linguísticas, são quaisquer conjuntos de crenças sobre a língua (ou linguagem) articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação de estruturas e uso da língua percebidas”. Em maior ou menor grau, os diversos estudos desenvolvidos sobre ideologias linguísticas, muitos dos quais Moita Lopes menciona e aprofunda (pp.20-29), retomam a noção eminentemente antropológica de que os comentários reflexivos, as crenças articuladas, as racionalizações nativas sobre usos e estruturas, feitas pelos usuários das línguas, constituem um nível de análise que não pode ser negligenciado. Ideologia e estrutura, apontava Silverstein

(1979), são inseparáveis. Afastando-se de uma concepção de ideologia como falsa consciência ou consciência da elite e aproximando-se de um entendimento de ideologia como “‘cimento social’ [que] transforma grupos de pessoas em comunidades, sociedades e culturas” (Blommaert, 2006, p.510), o paradigma das ideologias linguísticas, e o trabalho de Silverstein em particular, têm defendido que as crenças dos falantes sobre formas, usos e funções das línguas são tão indissociáveis das formas linguísticas que o efeito das primeiras sobre as últimas é criativo, ou performativo no sentido austiniano<sup>3</sup>. O capítulo de Margarida Correia e José P. Ferreira, por exemplo, é bastante enfático quanto ao papel que as ideologias em torno da produção e consumo de dicionários, gramáticas e outros documentos oficiais desempenham na constituição da própria norma: “o ensino, a comunicação oficial e a documentação oficial são, ao mesmo tempo, instrumentos de constituição da norma e seus veículos privilegiados de difusão, sendo também o meio através do qual mais facilmente ela pode ser aferida” (Correia e Ferreira, p.302).

Discutindo os modos como a sociolinguística brasileira procurou descrever o assim chamado português culto e seus falantes – também cultos ou os que “importam” (Pinto, p.123) –, o capítulo de Joana Pinto posiciona-se como uma forte crítica à forma como muito/as sociolinguistas brasileiro/as não só negligenciaram os comentários linguístico-ideológicos de falantes “não-cultos” ou superestimaram as ideologias “cultas”, mas também como esses mesmos profissionais, investidos de ideologias linguísticas de elite e de uma fraca teoria social, chegaram a conclusões do tipo: “é óbvio que as classes cultas não são apenas ‘privilegiadas’, ‘escolarizadas’ e ‘letradas’, são também as mais linguisticamente hábeis; “são os falantes cultos, **por certo**, os que possuem maior consciência da variação linguística e de sua adequação à grande diversidade de situações de comunicação” (Castilho & Pretti, 1987:3; destaques de Joana Pinto). Generalizações como essas, que atribuem uma consciência “maior” e “óbvia” da variação às camadas cultas, não são apenas insustentáveis do ponto de vista etnográfico; elas são também índices de que as ideologias linguísticas modernistas, altamente exclusoras de não-modernos como pobres, pessoas de cor e mulheres (Bauman & Briggs, 2003), historicamente terminaram por

---

3. Para uma problematização das concepções de ideologia nesse paradigma, bem como uma boa introdução ao campo, ver Woolard (1998).

construir aquelas categorias que visavam apenas “descrever”. Pensando nessas generalizações em fluxo, não é difícil visualizar o efeito performativo dos regimes de significação engendrados por elas: são os achados sociolinguísticos que fundamentam as políticas da norma em vestibulares e no ENEM, os quais, por sua vez, vão em busca da inerente superioridade metadiscursiva de falantes “cultos” e lhes dão lugar nos bancos universitários da elite, num ciclo de legitimação de classe que não é nada inocente.

Se olharmos para as línguas não como objetos completos em si mesmos, constituídas numa “deriva” interna (como critica o capítulo de Marcos Bagno, p.337) ou destituídas de uma metapragmática que modela suas condições de uso (conforme, e.g., as concepções e coerções do bilinguismo no mercado linguístico português em Toronto, no capítulo de Emanuel da Silva, p.179), mas sim como recursos que os usuários utilizam reflexivamente, então sobra pouco espaço para enxergá-las como “línguas naturais”, objetos dados pela natureza que tomam conta de si mesmas. Línguas são, antes disso, “invenções disciplinares e políticas” (Moita Lopes, p.105) – e esta obra persegue de forma crítica e persistente essa proposta, para a qual me volto na próxima seção.

### 3. Visão geral

*O português no século XXI* é uma obra que abriga pesquisadores em jornadas teóricas, geopolíticas ou etnográficas nos quatro continentes por onde a língua portuguesa se disseminou no lastro do projeto colonial português. Das propostas ambivalentes de unificação nacional contemporânea de ex-colônias asiáticas e africanas, temos relatos contundentes, etnograficamente informados, por Alan Carneiro e Samina Patel & Marilda Cavalcanti, respectivamente sobre Timor Leste e Moçambique. Da língua portuguesa como língua minoritária de migrantes, com suas complexas associações a ideologias de pureza e nacionalidade, bem como a hibridismos e práticas transidiomáticas diversas (Jacquement, 2005), lemos os relatos de campo de Emanuel da Silva, sobre o português falado em Toronto, e de Maria C. Keating, Olga Solonova & Olga Barradas, sobre o português europeu em Londres (e sobre as línguas eslavas em Portugal). Do português como língua

minoritarizada de fronteira, falada nos departamentos do norte do Uruguai, lemos o relato de Leticia Bortolini, Pedro Garcez e Margarete Shelatter, voltados etnograficamente para o português uruguaio.

Alguns autores dedicam-se a entender o híbrido e multifacetado espaço da lusofonia, um conceito tentacular que assumiu novas dimensões com a atual configuração de blocos linguístico-econômicos – como bem discutem os capítulos de Gilvan Oliveira e Inês Signorini – e que engendrou, como discute Branca Fabrício, tensões, hierarquizações e configurações identitárias diversas, capazes de dar vazão seja a uma razão indolente (p.150), mantenedora de velhos estereótipos, ou a uma “racionalidade mais ágil” (p.165), sensível à diferença e ao “não ainda”, “com potência para conceber... outras formas de organização de mundo” (p.168).

A obra contém ainda capítulos de reflexão teórica robusta, no interior de uma sociolinguística pós-moderna (Moita Lopes, p.31), sobre como os falantes recombina pedações de línguas na construção do que chamamos de português, como o faz Moita Lopes em seu capítulo, e sobre como a sociolinguística canônica do Brasil traz implícitas, em suas descrições, noções (elitistas) sobre agente humanos e sobre a ascendência pura (i.e., de Portugal) e não-estruturalmente-crioula do português do Brasil, conforme o capítulo de Joana Pinto. Sobre o hibridismo do português, o capítulo de Marcos Bagno propõe ainda um interessante mito de origem, argumentando que o português europeu descenderia não do latim, mas do galego. Se lida paralelamente às reflexões do capítulo de lexicografia crítica de Margarita Correia & José P. Pereira – em que a autora e o autor apontam que, não só os dicionários, mas também a literatura teve um importante papel na fixação do ideal-língua –, a reconstrução histórica de Marcos Bagno soa como um romance mais crítico e politicamente engajado sobre as origens do português do que a literatura modernista sobre a ascendência romana do português. Afinal, as *romance languages*, como quaisquer outras línguas, são também línguas romance. A obra se encerra com o capítulo de Xoán Lagares, que endossa a origem galega do português e contribui para a desconstrução da ideologia linguística um povo = uma nação = uma língua, uma vez que o que chamamos de português teve sua origem anterior à constituição de um território na Europa denominado Portugal. As reflexões de Lagares sobre o entre-lugar, ou mesmo o não-lugar

vivido por muitos galegos, sujeitos afetados por ideais nacionalistas do lado de cá e de lá da fronteira, apontam ainda para uma instigante racionalidade mais ágil, em que usuários de “línguas naturais” se veem como estrangeiros em seus “próprios” territórios.

Da urdidura dos capítulos de *O português no século XXI* emerge uma proposta comum, mas com diferentes nuances e orientações teóricas, de compreensão das línguas como “projetos discursivos e não como fatos estabelecidos” (Woolard, 1998, *apud* Moita Lopes, p.20). Como mencionei anteriormente, os autores e autoras mobilizam, para esse fim, um ferramental teórico novo. Voltarei agora minha atenção para o modo como a obra compreende a noção do espaço onde os usuários do português se movem – não mais o espaço linear e unidimensional do significante de Saussure e dos estudos sociolinguísticos tradicionais, mas um espaço laminado e multidimensional, investido de poder. Discuto essa noção de espaço e a noção correlata de escala no próximo tópico.

#### 4. Escalas sociolinguísticas e espaço

Em sua discussão dos blocos econômicos e linguísticos recentes, Inês Signorini volta sua atenção, em um ponto de seu capítulo, para a necessidade de elaboração de glossários e bancos de dados terminológicos no interior do Mercosul, envolvendo o português e o castelhano, em escala regional, e outras línguas de larga circulação, como o inglês, em escala global. Signorini critica a imaginação de um espaço puramente horizontal – relacionado à “livre” circulação de línguas e portanto destituído de poder e de outros constrangimentos – por Maria da Graça Krieger (2006). Abaixo, Signorini (p.78) resume a posição de Krieger quanto a elaboração de glossários multilíngues interconectados no âmbito do Mercosul:

Um “projeto terminológico comum” está relacionado com processos de distribuição e fluxo em escala suprarregional: bancos de dados terminológicos interligados entre si permitem a “correlação” entre línguas regionais, como o português e o espanhol sul-americanos, e também a “correlação” dessas línguas como outras de “larga circulação”, como o inglês, o que, segundo [Krieger], se constitui num “veículo estratégico de divulgação do potencial produtivo – comercial, científico, tecnológico e cultural – de nossos países” (Krieger, 2006:48).

Se os recursos linguísticos imaginados por Krieger se movem num espaço de “correlação”, livre de obstáculos – tal como Saussure (1916:21) imaginou a distribuição da *langue*, como um “tesouro depositado pela prática da fala em *todos* os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (grifo meu) –, Signorini imagina o espaço de um modo muito mais complexo, desigualmente afetando os usuários e suas práticas. Observe que Signorini contrapõe o espaço horizontal da terminologia de Krieger a um outro, vertical:

É interessante observar aqui o foco na interconectividade horizontal e plana (*flat*) de recursos linguísticos em processos de distribuição e fluxo – equivalentes terminológicos em redes multilíngues – e a consequente desfocalização de escalas de valor e validade determinadas pelas hierarquizações verticais pluricêntricas dos espaços/tempos globalizados. Consideradas essas escalas, ao invés de equivalentes terminológicos em rede como uma forma de “correlação” entre línguas, estariam em jogo recursos terminológicos de função e valor variáveis, ou seja, não equivalentes, sujeitos a configurações assimétricas e complexas (Signorini, p.78-79).

Talvez porque a sociolinguística por muito tempo pensou a distribuição de variedades, registros e outros recursos em cenários desinvestidos de poder – em que cada falante ocupa o “seu” lugar (ver o capítulo de Pinto para uma excelente crítica) –, o “potencial produtivo dos nossos países” é visto por Krieger como traduzível em equivalências horizontais. No entanto, basta um passeio pelas periferias dos centros urbanos brasileiros e de outros espaços da lusofonia para vermos que a desigualdade e a hierarquização vertical (ainda) é a ordem do dia nos cenários sociais e linguísticos da lusofonia transnacional. Signorini chama atenção, em sua crítica, para as “escalas de valor e validade determinadas pelas hierarquizações verticais pluricêntricas”, que enquadram as formas linguísticas em regimes verticais de apreensão (cf. o uso de *uptake* por Austin, 1962). Ao introduzir o conceito de escala sociolinguística, Jan Blommaert (2010) oferece o seguinte exemplo, bastante simples porém exemplar. Um estudante de doutorado, ‘E’, relata a seu orientador, ‘O’, como deseja iniciar sua tese:

E: Eu vou começar minha tese com um capítulo que descreve meu trabalho de campo.

O: Aqui nós começamos as teses com um capítulo de revisão da literatura.

(Blommaert, 2010:34-35)

Perceba que, na passagem do relato do estudante para a resposta do orientador, há operações linguísticas muito simples: basicamente, o orientador recontextualiza o enunciado do aluno, substituindo dêiticos e modificando o estilo (o estilo ‘emotivo’, nos termos de Jakobson, centrado no ‘eu’, dá lugar a um outro, institucional, centrado no ‘aqui’ deste departamento). Porém, do ponto de vista da mudança no esquema de participação dos falantes e dos efeitos performativos da recontextualização, o cenário se torna bem mais complexo. Na proposta de Blommaert, a mudança de turno entre um participante e outro é feita num espaço vertical, hierárquico, investido de poder, i.e., há aí um salto entre escalas diferentes. Escala, para Blommaert, é uma forma de imaginar o espaço e o tempo como forças agentivas, verticais e hierarquizadas. Os fenômenos sociolinguísticos são complexos e multinivelares e se conectam uns aos outros por meio de escalas. Nessa troca linguística, elementos de uma pequena escala (o relato de um desejo individual, uma ocorrência local e contextualizada, um *token*) são levados a uma escala mais alta, em que os signos indexam valores institucionais, posicionados como “transcontextuais” (*aqui*, isto é, em todo e qualquer lugar deste departamento) e “atemporais” (*sempre*), i.e., como *types*.

Essa forma de imaginar o espaço verticalmente atravessa toda a obra. Logo na introdução, Moita Lopes traz diferentes concepções de escalas (p.32). Keating, Solonova & Barradas, por seu turno, imaginam as “lusofonias como mais-valias” (p.222), portanto como capitais simbólicos que, como tais, são desigualmente distribuídos. A verticalidade é tão saliente na etnografia de Emanuel da Silva, em seu estudo sobre a comunidade imigrante portuguesa em Toronto, que o autor prefere chamar o espaço social por ele observado de “mercado” (pp.169-171 e ss.; mais sobre isso adiante). Signorini discute a mercantilização da língua inglesa (p.77) e Gilvan Oliveira aponta que o fim da Guerra Fria viu dois claros vencedores: “os Estados Unidos da América e a língua inglesa” (p.60). Oliveira discute ainda a “projeção da língua criadora do capitalismo” (p.60) e problematiza questões de medição de valores econômicos de línguas (p.64). Esses processos em que os usos de signos se associam à comodificação desses mesmos signos (os quais Asif Agha (2011) recentemente chamou de práticas midiaticizadas, i.e., mediadas + comodificadas) são tratados amplamente ao longo de

toda obra, e o espaço vertical e escalar de uma nova sociolinguística parece ter vindo para ficar.

Porém, eu queria aqui chamar a atenção para um aspecto da noção de escala que Blommaert não prevê (ou pelo menos não se atém) e que, nesta obra, assume um caráter exemplar – o que, a meu ver, indica ainda a forma crítica de como esses conceitos do Globo Norte são reapropriados aqui no Globo Sul. Refiro-me ao fato de que a natureza multinível das escalas pode conter ainda uma concepção de espaço horizontal (ou espaço horizontalmente paralelo ao espaço do signifiante linear de Saussure ou da distribuição dos recursos na sociolinguística variacionista) que dê conta da resistência, da construção de redes de solidariedade, proteção e afeto, as quais os povos colonizados e destituídos de muitos direitos comuns na parte de cima do globo conhecem muito bem.

Assim como é possível representar um mapa numa escala 1:1000, portanto com grandezas verticalmente posicionadas, é possível também representá-lo numa escala 1:1, com grandezas relativamente horizontais umas à outras. Tomarei a narrativa etnográfica de Emanuel da Silva como um exemplo. O autor é eloquente na afirmação de que o português em Toronto faz parte de um mercado, e diversas associações de imigrantes portugueses, juntamente com escolas bilíngues e o consulado de Portugal, regulam, numa concepção escalar e vertical, o acesso ao prestígio, à legitimidade e à autenticidade de se falar bem português europeu e continental. Nesse mercado, a matriz é Portugal continental, e o “lusófono ‘normal’ e ‘legítimo’ é branco, europeu de Portugal” (Silva, p.184). Silva apresenta um relato sobre três biografias, de jovens mulheres descendentes de portuguesas nascidas no Canadá. Julia, Maggie e Ana movem-se em espaços verticais, e enquanto Julia posiciona-se como falante “legítima”, pelo fato de visitar frequentemente Portugal continental e falar “bem” português, Maggie e Ana habitam o espaço da “inautenticidade” por serem descendentes de açorianos e por falarem o português com dificuldade. É interessante que ambas sentem o peso do mercado (mas não se rendem a ele!): já desde muito pequena, Maggie sentiu na pele o preconceito contra a variedade açoriana do português (vindo, p.ex., de um professor de português, na escola primária, numa classe com 90% de açorianos!); o seu desgosto com a língua portuguesa (legítima) e com as associações

locais é tamanho que, confessa a jovem, “algumas vezes só me apetece mijar na minha comunidade” (*apud* Silva, p.187). Ana, por seu turno, foi a protagonista de “uma das raras contestações públicas do discurso dominante da portugalidade” (p.187) que Silva ouviu, e desafiou, “num evento intraétnico sobre a sobrevivência cultural portuguesa (e não brasileira ou lusófona)” (p.188), as ideologias linguísticas dominantes sobre a inapetência dos jovens luso-canadenses em aprender português e sobre a variedade açoriana do português. Ana impõe o “português de pão manteiga” (*apud* Silva, p.189) que aprendeu em casa, combinado com os pedaços de língua que adquiriu no Brasil, contra uma plateia que se choca e ri nervosamente de seu discurso crítico.

Gostaria de argumentar que, apesar de Maggie e Ana estarem envoltas por um mercado linguístico, esse mercado não representa o conjunto de práticas em que elas habitam. Dito de outro modo: nem todas as práticas são mediatizadas, nem todos os usos envolvem commodificação linguística, nem toda mudança de turno se dá verticalmente. Os falantes habitam mercados, mas também se protegem em campos. Por exemplo, o próprio autor reconhece que, no caso de Maggie, “o enfrentamento de ideologias e obstáculos [conservadoras fez com que ela] parasse com *performances* públicas de portugalidade, preferindo *performances* mais privadas e seguras com a família e os amigos” (p.187), ao passo que Ana combina seu português de “pão manteiga” com “o sotaque do Brasil [*risos abafados dos homens na sala*] porque morei no Brasil” (*apud* Silva, p.189) para se defender das ideologias dominantes; além disso, ela “não quer, nem precisa, investir publicamente no mercado português” (p.189). Assim, Maggie e Ana se movem também em espaços horizontais, onde o afeto e a solidariedade dispensam a commodificação.

Se o espaço vertical pode ser metaforicamente representado pela espada, o espaço horizontal é aquele do escudo. A obra é repleta de outras descrições e reivindicações desse espaço de escala 1:1. Alan Carneiro, por exemplo, traz o conceito de ‘cidadania linguística’ para pensar o quadro complexo de um Timor Leste multilíngue e em construção; Moita Lopes clama por uma “outra globalização” (p.119); Patel e Cavalcante defendem uma “educação bilíngue que valoriza a comunicação, a inteligibilidade mútua, e não a idealização da proficiência” (p.294); Fabrício vislumbra as potencialidades da lusofonia

como espaços “de cooperações, alianças e interseccionalidades” (168) e Oliveira projeta caminhos alternativos da língua portuguesa no século XXI que “abandon[em] a velha pele das gestões coloniais ou puramente nacionais, rumo a um nível superior de participação democrática e cidadã” (78), para citar apenas alguns dos abundantes exemplos no livro de potencialidades de escalas horizontais. Precisamos entender teoricamente as espadas, mas também precisamos delinear conceitos para lidar com os escudos.

Para trazer esta resenha a um fim, gostaria de lembrar que o século XXI é seguramente diverso da virada do século XIX para o século XX, quando Saussure visualizou as línguas independentemente da conjuntura colonial e violenta em que se davam suas aulas em Genebra. Século de violências, desigualdades e assimetrias múltiplas, o século XXI é também um novo século de conquistas, parcerias e solidariedades locais e transnacionais. Não é à toa, portanto, que Luiz Paulo da Moita Lopes, dentre outras opções, tenha escolhido como título de sua obra justamente *O português no século XXI*.

Recebido em setembro de 2013  
Aprovado em fevereiro de 2014  
E-mail: dnsfortal@gmail.com

## Referências bibliográficas

- AGHA, Asif. 2011. Meet mediatization. *Language & Communication* 31:163-170.
- AUSTIN, John L. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BAUMAN, Richard & Charles Briggs. 2003. *Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOMMAERT, Jan. 2006. Language ideology. In: Brown, K. (Org.) *Encyclopaedia of Language and Linguistics*. 2.ed., v.6. Oxford: Elsevier, p.510-522.
- \_\_\_\_\_. 2010. *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTILHO, Ataliba & Dino Pretti (orgs.). 1987. *A linguagem falada culta na cidade de S. Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/Fapesp, v. II.

- DERRIDA, Jacques. 1973. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- JACQUEMENT, Marco. 2005. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. *Language & Communication* 25:257-277.
- JAKOBSON, Roman. 2003. *Linguística e comunicação*. 19.ed. Trad. Izidoro Blikstein e José P. Paes. São Paulo: Cultrix.
- KRIEGER, Maria G. 2006. Terminologia técnico-científica: políticas linguísticas e Mercosul. *Ciência e Cultura (SBPC)* 58: 45-48.
- SAUSSURE, Ferdinand. 1916. Saussure, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Izidoro Blikstein e José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1981.
- SILVERSTEIN, Michael. 1979. Language structure and linguistic ideology. In: Clyne, P.; Hanks, W. & Hofbauer, C. (Orgs.) *The elements: a parasession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p.193-247.
- WOOLARD, Kathryn. 1998. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. Shchieffelin, Bambi et ali. (orgs.) *Language ideologies: practice and theory*. NY: Oxford University Press, p.3-47.